INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS

SINDUSFARMA

Nelson Mussolini | presidente

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

01 Como a entidade avalia a reeleição do presidente Lula e quais são as expectativas para os próximos quatro anos?

A reeleição do presidente Lula abre a oportunidade de consolidar uma agenda importante para a saúde brasileira. O ministro Alexandre Padilha e sua equipe vêm desenvolvendo um trabalho que merece reconhecimento, especialmente pela disposição ao diálogo com os diversos segmentos do setor.

Quero destacar a atuação da secretária Fernanda De Negri, que tem demonstrado conhecimento técnico, capacidade de articulação e uma visão moderna sobre ciência, inovação e acesso a medicamentos. O fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, o incentivo à pesquisa clínica e a modernização do Farmácia Popular são exemplos concretos dessa atuação.

Nossa expectativa é que essas iniciativas avancem e se consolidem como políticas de Estado. O Brasil precisa de um SUS forte e de uma indústria farmacêutica forte. Não importa a origem do capital das empresas, mas quanto elas investem, pesquisam, produzem e geram empregos no país. Para isso, precisamos de segurança jurídica, previsibilidade regulatória e respeito à ciência. Saúde pública e investimento privado não são adversários. São parceiros indispensáveis.

02 Quais são as três principais demandas da entidade para o mandato de 2027 a 2030?

Temos três prioridades muito claras.

A primeira é ampliar o acesso da população aos medicamentos, com financiamento adequado do SUS, incorporação de novas tecnologias e fortalecimento do Farmácia Popular. A modernização conduzida pelo Ministério da Saúde, com participação ativa de Fernanda De Negri, merece reconhecimento. Mas é fundamental garantir recursos, critérios técnicos e a sustentabilidade econômica do programa.

A segunda é assegurar um ambiente regulatório previsível. Precisamos fortalecer a Anvisa e aperfeiçoar as regras de preços e de incorporação de tecnologias, sempre considerando as evidências científicas, a segurança jurídica e os benefícios reais dos tratamentos para os pacientes.

A terceira é reduzir o custo de investir e produzir no Brasil. Defendemos uma reforma tributária que desonere medicamentos, preserve o capital de giro das empresas e estimule a pesquisa, a inovação e a produção local.

Não podemos esquecer que o medicamento é um instrumento de saúde, e não um produto de consumo qualquer. Tributar a doença é penalizar justamente quem precisa de tratamento.

03 Que decisões concretas o próximo governo deveria tomar em 2027 e quais resultados espera alcançar até 2030?

Em 2027, esperamos decisões que saiam do discurso e cheguem efetivamente ao paciente. É urgente assegurar uma transição tributária que não crie novos custos financeiros para as empresas, garantir o aproveitamento dos créditos tributários e ampliar a desoneração dos medicamentos. Nossa defesa continua sendo a alíquota zero para todos os medicamentos de prescrição.

Também precisamos aperfeiçoar as normas da CMED e assegurar à Anvisa condições para decidir com agilidade, independência e rigor técnico.

Na assistência farmacêutica, defendemos orçamento previsível, aperfeiçoamento dos processos da Conitec e modelos de negociação, inclusive com condições comerciais sigilosas, que permitam incorporar a inovação sem comprometer a sustentabilidade do SUS.

É necessário consolidar a legislação de pesquisa clínica e transformar as parcerias produtivas em investimentos efetivos.

O ministro Padilha e a secretária Fernanda De Negri já abriram caminhos importantes. Cabe ao próximo governo aprofundá-los, com diálogo, planejamento e resultados.

Até 2030, queremos mais pacientes tratados, mais pesquisas realizadas no Brasil, mais investimentos e menos barreiras ao acesso. Afinal, o sucesso de uma política de saúde não pode ser medido apenas pelos recursos aplicados, mas principalmente pelos benefícios que chegam à população.